

- XXVII Seminário de Iniciação Científica
- XIV Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão - SIEPE



POLÍTICAS DE BONIFICAÇÃO E QUALIDADE EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE DOS ESTADOS BRASILEIROS

Pesquisador(es): COELLI, Emanuelle Bordin

Orientadora: ROSTIROLA, Camila Regina

Instituição de Ensino Superior/Curso: Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc),
Curso Direito

Área: Área das Ciências da Educação.

Introdução: O Brasil vivencia, na última década, um crescimento na implementação de políticas de responsabilização, principalmente associada ao pagamento de incentivos salariais, tendo como base o cumprimento de metas decorrentes das políticas de avaliação em larga escala. Nesse cenário, a reflexão aqui proposta apresenta os resultados de uma pesquisa de iniciação científica realizada com aportes financeiros do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (Uniedu), que teve como objeto de estudo as políticas de bonificação em estados brasileiros.

Objetivo: Analisar os programas de bonificação e incentivo adotados por estados brasileiros, tendo em vista verificar impactos nas condições de melhoria da qualidade educacional. **Método:** Trata-se de uma pesquisa exploratória, de caráter qualitativo, que visa subsidiar estudos mais abrangentes sobre a implementação de dispositivos de accountability (avaliação, prestação de contas e responsabilização) no Brasil e em países da América Latina. Os recursos técnicos utilizados para levantamento de dados e análise de informações foram o estudo documental e a análise comparativa. **Resultados:** Em um primeiro momento foi realizado o mapeamento nos sítios oficiais dos estados brasileiros, a fim de verificar os que possuíam um sistema de bonificação implementado. Foram identificados nove estados (Alagoas, Ceará, Mato Grosso, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, São Paulo e Tocantins), que neste ano de 2021, realizavam o pagamento de bonificações, sendo a forma predominante a atribuição de bônus em dinheiro aos profissionais de educação. Após, deu-se início ao levantamento dos indicadores educacionais, que compõem

- XXVII Seminário de Iniciação Científica
- XIV Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão - SIEPE



a política nacional de avaliação, destes estados. A análise permitiu evidenciar quedas nas notas, principalmente, de língua portuguesa nos últimos biênios. Em relação aos indicadores de rendimento, no ano de 2019, apenas um estado atingiu o índice de 96% de aprovação nos anos finais do ensino fundamental. No ensino médio as taxas ficaram muito abaixo deste percentual. De forma geral, a maioria dos estados possuem dificuldades em alcançar as metas estipuladas pelo Ideb, especialmente, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Apenas o estado de Pernambuco conseguiu lograr as metas estabelecidas (anos iniciais, anos finais e ensino médio) em todos os biênios. **Conclusão:** A implementação de políticas de bonificação em estados brasileiros é justificada, precipuamente, pela necessidade de promover melhorias nos indicadores e na qualidade da educação. Contudo, as análises tecidas nesse estudo demonstraram que políticas dessa natureza não possuem relação direta com o aumento dos escores educacionais. Acredita-se que os indicadores, as estatísticas, os índices são insumos importantes para diagnosticar a realidade educacional do país. Não obstante, não podem ser tratados como sinônimo de qualidade, pois não retratam a complexidade das relações que se estabelecem no interior e nos entornos das instituições educacionais.

Palavras-chave: Políticas de Bonificação. Estados Brasileiros. Indicadores de Qualidade. Qualidade Educacional.

E-mails: manubordin@hotmail.com; camila.rostirola@unoesc.edu.br.